

CADERNO DE QUESTÕES

FISCAL

Domingo, 08 / 07 / 2018

TÉCNICO NÍVEL MÉDIO

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **40 (quarenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente a Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **4 (quatro)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, e D** sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e no **CADERNO DE QUESTÕES**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** deverá ser preenchida com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega, obrigatória, da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **01 (uma) hora** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada, o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

BOA PROVA!-----
DESTAQUE AQUI

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 10

Perseguição online

Maiores alvos de assédio e violência na internet, mulheres ganham amparo com nova lei que atribui investigações à Polícia Federal. Em dois anos, número de casos cresceu 26.000%

Faz um ano que a dona de casa Alessandra Cristiane de Castro Fuzinaka, 44 anos, abre sua conta do Facebook com medo. Desde que checkou suas mensagens e viu que um desconhecido havia lhe escrito, elogiando a roupa que ela usava no caminho para a academia, passou a se sentir ameaçada. “Não tem coisa melhor do que acordar e dar de cara com você”, ele disse certa vez, entre outras coisas que mostravam que ele a perseguia. “Ficou amedrontador, cheguei ao ponto de não sair mais sozinha de casa”, afirma Alessandra. Foi à delegacia, onde minimizaram sua situação e sugeriram que procurasse a Defensoria Pública. Foi a uma Delegacia da Mulher, mas estavam sem sistema. A epopeia enfrentada por mulheres que, como Alessandra, são assediadas pela internet, é resultado da dificuldade de acesso à Justiça para se investigar autores dos assédios virtuais e puni-los. Com isso, a prática deixa de ser coibida, e é natural que o número de casos cresça vertiginosamente.

Segundo levantamento do Instituto Avon, situações de assédio online aumentaram 26.000% entre 2015 e 2017. E esse é apenas um dos tipos de problema enfrentados. O espectro da violência abrange agressões verbais, ameaças diretas, exposição de dados e fotos e disseminação de discursos de ódio — que podem incluir, além das ofensas de gênero, racismo e homofobia. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 95% de todos os comportamentos agressivos e difamadores em ambientes virtuais têm mulheres como alvo. Uma nova legislação promulgada em abril pode mudar o cenário. Agora, uma denúncia de misoginia na internet, termo que significa ódio a mulheres, é investigada pela Polícia Federal, que tem mais estrutura para apurar os casos.

A nova lei já surtiu efeito. Na quinta-feira 10, a PF executou a operação Bravata, expedindo oito mandados de prisão contra pessoas acusadas de propagar ódio na internet, principalmente contra mulheres. Um dos presos, Marcelo Valle Silveira Mello, detido em Curitiba, já havia sido indiciado em 2009 por crime de racismo na internet — foi, inclusive, a primeira pessoa a responder por isso no Brasil — mas liberado alegando insanidade. Voltou a ser condenado em 2012, durante a operação Intolerância, também da PF, e cumpriu um ano de pena. Desta vez, foi detido por incitar a violência contra diversos grupos sociais, inclusive com registro de disseminação de conteúdo pedófilo, em um fórum anônimo na internet. Está em prisão preventiva. Para a professora Lola Aronovich, da Universidade Federal do Ceará (UFC), é uma vitória. Lola acusa Mello de ameaçá-la de morte e de ter criado, em 2015, um site em nome dela em que se vendiam remédios abortivos e se dizia que ela havia realizado um aborto em sala de aula. A legislação, inclusive, leva seu nome: Lei Lola. Blogueira feminista que publica denúncias de violência contra mulheres em seu site desde 2011, começou a ser perseguida em 2012 e, desde então, fez 11 boletins de ocorrência.

Conseguir fazer uma denúncia, portanto, é difícil, seja porque as autoridades ainda não estão preparadas ou porque há muita descrença em relação a esse tipo de crime, o virtual. Em relatório enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre violências de gênero na internet brasileira, as organizações Coding Rights e InternetLab mostraram que a falta de credibilidade dada às vítimas é um dos motivos que levam ao aumento de casos. “A banalização de manifestações de violência online sob a crença de que elas começam e terminam no meio digital é a primeira forma de diminuir a gravidade desse problema”, aponta o documento. “As mulheres são subestimadas em suas denúncias e, quando há respostas da Justiça, não são eficientes”, afirma Juliana Cunha, diretora de projetos especiais da ONG Safenet. Na semana passada surgiu uma iniciativa para auxiliar as vítimas: o Facebook e a ONG brasileira Think Olga lançaram a plataforma Conexões que Salvam, com orientações sobre o que fazer em situações de perseguição e ameaças virtuais.

Disponível em: <https://istoe.com.br/perseguiacao-on-line/>. Adaptado. Acesso em: 19/05/2018.

QUESTÃO 01

A correta antonímia da palavra destacada está sendo dada na alternativa:

- (A) Ficou **amedrontador** – atemorizador.
- (B) Foi detido por **incitar** a violência – amainar.
- (C) Voltou a ser **condenado** em 2012 – precito.
- (D) Situações de perseguição e **ameaças** virtuais - cominações.

QUESTÃO 02

De acordo com a leitura do texto, pode-se inferir que a palavra destacada em “A **epopeia** enfrentada por mulheres que, como Alessandra, são assediadas pela internet”, tem sentido de:

- (A) Sucessão de eventos incomuns.
- (B) Longa narrativa.
- (C) Ação gloriosa.
- (D) Conquista memorável.

QUESTÃO 03

Em “**Segundo** levantamento do Instituto Avon, situações de assédio online aumentaram 26.000% entre 2015 e 2017” o termo destacado possui função de:

- (A) Preposição.
- (B) Numeral.
- (C) Adjetivo.
- (D) Conjunção.

QUESTÃO 04

Os termos destacados em “Não tem coisa melhor do que acordar e dar de cara com você” e “Conseguir fazer uma denúncia, **portanto**, é difícil” se tratam, respectivamente, de conjunção:

- (A) Adversativa e explicativa.
- (B) Aditiva e alternativa.
- (C) Explicativa e conclusiva
- (D) Aditiva e conclusiva.

QUESTÃO 05

O texto "Perseguição Online" aborda diversos tipos de violência cometidos por usuários da rede mundial de computadores. Ao relatar o efeito nocivo do mau uso da internet, observa-se que, dentre os grupos de pessoas vítimas dessa mazela, o texto **não** menciona:

- (A) Os homossexuais.
- (B) Os afrodescendentes.
- (C) Os estrangeiros.
- (D) As crianças.

QUESTÃO 06

De acordo com o texto, uma das dificuldades em fazer denúncias contra crimes virtuais persiste porque:

- (A) As vítimas dos crimes não são incentivadas a tomarem a atitude de denunciar os agressores.
- (B) Para fazer uma denúncia é preciso que a vítima esteja acompanhada de alguém do sexo masculino.
- (C) As autoridades possuem muitos casos para resolver e não dão conta da demanda de denúncias.
- (D) Não é dada a devida seriedade aos problemas enfrentados pelas vítimas de crimes virtuais.

QUESTÃO 07

Não é possível verificar a presença de aposto em:

- (A) Faz um ano que a dona de casa Alessandra Cristiane de Castro Fuzinaka, 44 anos, abre sua conta do Facebook com medo.
- (B) Desde que checou suas mensagens e viu que um desconhecido havia lhe escrito.
- (C) Na quinta-feira 10, a PF executou a operação Bravata.
- (D) Um dos presos, Marcelo Valle Silveira Mello, detido em Curitiba.

QUESTÃO 08

No subtítulo do texto, quando se lê "mulheres ganham amparo com nova lei que atribui investigações à Polícia Federal", verifica-se que o sinal indicativo de crase foi empregado por:

- (A) Apresentar-se diante de uma palavra masculina.
- (B) Verificar-se a presença de uma palavra com sentido genérico.
- (C) Haver preposição antecedendo palavra com sentido indeterminado.
- (D) Observar-se a existência de preposição e artigo feminino singular.

QUESTÃO 09

Na construção do texto foram utilizados alguns neologismos. Um claro exemplo desse efeito linguístico é dado pela palavra:

- (A) Lei.
- (B) Brasil.
- (C) Blogueira.
- (D) InternetLab.

QUESTÃO 10

Com relação às classes gramaticais das palavras destacadas nos trechos abaixo, a alternativa que não apresenta par com categorias idênticas às das outras é:

- (A) E é natural que o número de casos cresça **vertiginosamente**.
- (B) **Situações** de assédio online **umentaram** 26.000% entre 2015 e 2017.
- (C) Uma nova legislação promulgada em abril **pode** mudar o **cenário**.
- (D) O **Facebook** e a ONG brasileira Think Olga **lançaram** a plataforma Conexões que Salvam.

RACIOCÍNIO LÓGICO
QUESTÃO 11

Carlos é pai de Lucas, eles gostam muito de dois tipos de esportes: futebol e natação. Carlos joga futebol um dia sim e dois não, e faz natação um dia sim e outro não. Já Lucas faz natação um dia sim e dois não, e joga futebol um dia sim e outro não. Se, em um domingo, o pai saiu para jogar e não era dia de nadar; e o filho saiu para nadar e não era dia de jogar, qual o dia desta semana em que os dois irão sair tanto para jogar quanto para nadar?

- (A) Sexta-feira.
- (B) Segunda-feira.
- (C) Quarta-feira.
- (D) Sábado.

QUESTÃO 12

Observe as figuras abaixo.

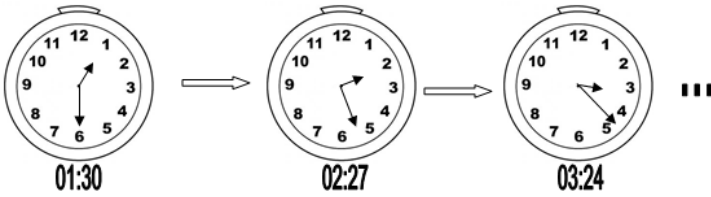


Trata-se de um quadrado dentro de um octógono regular, de modo que os vértices 1,2,3 e 4 do quadrado estão tocando o ponto médio dos lados \overline{AH} , \overline{BC} , \overline{DE} e \overline{FG} do octógono. Se girarmos este polígono uma vez no sentido horário e o quadrado duas vezes no sentido anti-horário, respectivamente, de modo alternando os movimentos, quantos movimentos serão necessários para o vértice E se encontrar com o vértice 1?

- (A) 5.
- (B) 3.
- (C) 6.
- (D) 4.

QUESTÃO 13

A ilustração a seguir mostra um relógio que está com uma falha. A cada 60 minutos, que deveria contar normalmente, ele atrasa 3 minutos. Observe:



Que horas o relógio estará marcando quando estiver atrasado em 1 hora, contando a partir de 01:30?

- (A) 06:27
- (B) 07:30
- (C) 06:30
- (D) 07:24

QUESTÃO 14

Paulinho está montando um grande quebra-cabeça que contém 1.720 peças. Ele leva, sempre, 25 minutos para montar 35 peças e sai para ir ao banheiro ou lanchar. Sempre que sai, sua irmã, sapeca, vem e retira 3 peças. Em quanto tempo, aproximadamente, o menino vai terminar completamente a montagem do quebra-cabeça se essa situação se repetir até o fim?

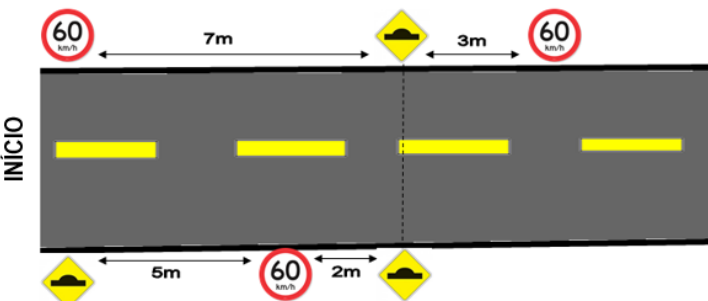
Dados: despreze o tempo em que ele sai e volta.

- (A) 18h.
- (B) 20h.
- (C) 22h.
- (D) 24h.

QUESTÃO 15

Um especialista de trânsito precisa dispor as placas de lombada

 e placas de velocidade , como essas, em uma via de mão dupla, de acordo com a figura abaixo.



Caso a disposição das placas continue como ilustrado acima, em quantos metros, contando do início, as placas de velocidade estarão na mesma direção, cada uma do seu lado da pista, como aconteceu com a placa de lombada?

- (A) 80 metros.
- (B) 60 metros.
- (C) 20 metros.
- (D) 40 metros.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 16

O MS Power Point oferece uma série de tipos de slides com relação ao seu "visual" para que seu usuário possa definir um estilo mais apropriado ao assunto e ao público para qual será apresentado. Alguns tipos apresentam mais formalidade, enquanto outros apresentam um perfil mais informal. Abaixo estão imagens que representam alguns desses tipos de estilos de slides.

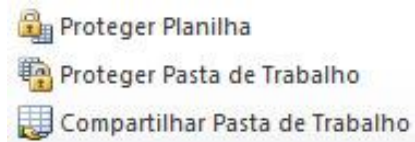


O acesso a esses tipos de slides se dá a partir da opção:

- (A) Exibição → Slides.
- (B) Design.
- (C) Estilos.
- (D) Exibição → Design.

QUESTÃO 17

Durante ou mesmo depois da construção de uma planilha eletrônica no MS Excel 2010, o usuário poderá utilizar um recurso disponível no programa que permite que sejam impedidas alterações indesejadas na planilha ou na pasta de trabalho. A figura abaixo mostra esses recursos.



Esses recursos estão localizados na barra de ferramentas do menu principal do software, na opção:

- (A) Formatação → Segurança.
- (B) Exibição.
- (C) Revisão.
- (D) Proteção → Planilha.

QUESTÃO 18

O MS Word 2010 disponibiliza uma série de recursos para dar uma formatação personalizada à produção de textos. Entre esses recursos, temos a definição das margens a serem aplicadas e o tipo de orientação, que pode ser definido para "retrato" ou "paisagem". Esses recursos são obtidos através da barra de ferramentas principal do software, acessando a opção:

- (A) Layout de página.
- (B) Inserir → Formatação.
- (C) Exibição → Página.
- (D) Formatações.

QUESTÃO 19

No uso do computador podem ser produzidos vários documentos, como textos, planilhas, imagens, entre outros. Todos os arquivos salvos podem ser guardados em um componente chamado HD (Hard Disk), o disco rígido. Através do gerenciador de programas, Windows Explorer, é possível verificar quanto espaço desse disco está sendo usado e quanto ainda resta livre. Para isso, o usuário deve:

- (A) Clicar com o botão direito do mouse na opção “computador” e, em seguida, acessar a opção “disco rígido”.
- (B) Clicar com o botão esquerdo do mouse na opção “computador” e, em seguida, acessar a opção “disco local”.
- (C) Clicar com o botão esquerdo do mouse na opção “computador” e, em seguida, acessar a opção “disco rígido”.
- (D) Clicar com o botão direito do mouse na opção “disco local” e, em seguida, acessar a opção “propriedades”.

QUESTÃO 20

Durante a elaboração de uma apresentação multimídia no MS Power Point 2010, é possível uma rápida inserção de um slide através do atalho:

- (A) CTRL + S
- (B) CTRL + N
- (C) ALT + M
- (D) CTRL + M

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

A atuação da Administração pública tem diversas finalidades, entretanto, a finalidade precípua visa a satisfação do interesse público. Para tanto, a administração Pública transfere algumas de suas funções para terceiros. É o caso da previdência social dos trabalhadores celetistas para a qual criou-se a autarquia previdenciária conhecida como INSS. Mas a criação de uma pessoa jurídica nem sempre é necessária para a atuação da Administração Pública. Na esfera municipal, por exemplo, a administração Pública não se concentra apenas no prefeito. Para melhor gerir a coisa pública, criou-se as secretarias municipais, que planejam, desenvolvem e coordenam políticas públicas.

O texto acima trata da organização da Administração Pública. Sobre este assunto, pode-se afirmar:

- (A) Dentro da estrutura interna da Administração Pública, quando há criação de novos órgãos, ocorre a descentralização.
- (B) A desconcentração pode ocorrer por outorga legal ou delegação por colaboração.
- (C) A delegação por colaboração é atribuída a particulares através de processo de licitação.
- (D) A desconcentração é a transferência da função administrativa para uma pessoa jurídica com personalidade jurídica.

QUESTÃO 22

Charles-Louis de Secondat, mais conhecido por Montesquieu, foi um filósofo francês crítico ao regime absolutista, sistema de governo que concentrava o poder nas mãos de um monarca e defendia a ideia da tripartição de poderes. As ideias de Montesquieu reluzem até os dias de hoje. Na Constituição de 1988, é possível identificar as ideias de Montesquieu no seguinte artigo:

- (A) Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania.
- (B) Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (C) Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, erradicar a pobreza e a marginalização.
- (D) Art. 4º - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional e prevalência dos direitos humanos.

QUESTÃO 23

A Administração Pública é composta por pessoas jurídicas que, por sua vez, são divididas em órgãos administrativos que possuem cargos, também denominados de unidades administrativas, a serem preenchidos por agentes. Sobre cargo e função pública, pode-se afirmar:

- (A) Empregado público e servidor público são agentes públicos e são submetidos ao regime estatutário.
- (B) A criação de cargos públicos efetivos é ato discricionário.
- (C) A investidura de cargo público efetivo ocorre mediante livre nomeação e exoneração.
- (D) Função é mera atribuição e nem sempre está relacionada a um cargo público.

QUESTÃO 24

A Lei nº 4.820/92 promoveu algumas alterações na Lei nº 4.886/65, dentre as quais acrescentou em seu art. 42 um fato que não constitui motivo justo para rescisão do contrato de representação comercial pelo representado.

O fato que **não** constitui justo motivo para rescisão do contrato de representação comercial é:

- (A) O fato de o representante estar respondendo a processo criminal por crime infamante.
- (B) O acidente de trabalho no exercício das funções de representante, mesmo que não receba benefício da previdência.
- (C) O impedimento temporário do representante comercial que estiver em gozo do benefício de auxílio-doença concedido pela previdência social.
- (D) Elevado índice de inadimplemento dos clientes da representada em que o representante tenha se comprometido com a cláusula *del credere*.

QUESTÃO 25

L.I.M.P.E. é uma sigla utilizada para memorização dos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal. Sobre os princípios constitucionais aplicados à Administração Pública, pode-se afirmar:

- (A) Administração Pública prescinde o princípio da reserva legal.
- (B) O concurso público para preenchimento de cargos efetivos é exemplo de observância ao princípio da impessoalidade.
- (C) A escolha pessoal de um agente político, que nomeia servidores para preenchimento de cargos de livre nomeação, ofende o princípio da moralidade.
- (D) O princípio da publicidade é absoluto, ou seja, não pode ser relativizado.

QUESTÃO 26

A improbidade administrativa deriva de atos e omissões contrárias ao ordenamento jurídico que ofendem aos princípios da Administração Pública. Trata-se de uma conduta desonesta e imoral com a coisa pública, com previsão na Lei n° 8.429/92. Sobre os atos de improbidade, pode-se afirmar:

- (A) Os atos de improbidade previstos na Lei n° 8.429/92 são considerados crimes contra a Administração Pública.
- (B) Os atos de improbidade previstos na Lei n° 8.429/92, uma vez praticados, dão ensejo à autoridade competente decretar a indisponibilidade dos bens daquele que cometeu o ato.
- (C) Os atos de improbidade só podem ser praticados por agentes públicos, quer sejam servidores ou não.
- (D) Caracteriza-se como ato de improbidade as ações previstas na Lei n° 8.429/92 praticados contra patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.

QUESTÃO 27

Situação hipotética: João José foi demitido sem justa causa da empresa para qual trabalhava há mais de dez anos, após mover uma reclamação trabalhista. Após a ação ter sido considerada procedente, João José foi indenizado pelos anos de labor prestado à empresa. Com o dinheiro que recebeu de sua indenização trabalhista, abriu uma empresa de representação comercial e firmou contrato de representação com uma empresa de gêneros alimentícios "Comida Mida LTDA". Após diversos descumprimentos de cláusulas contratuais por parte da representada, João José decidiu processá-la.

Considerando as controvérsias existentes na relação contratual entre representante e representado e que ambos são pessoas jurídicas, ação de João José deve ser julgada por qual Justiça?

- (A) Pela Justiça do Trabalho.
- (B) Pela justiça comum no foro do domicílio do representante.
- (C) Pela justiça do comum no foro do domicílio do representado.
- (D) Pela justiça do trabalho no foro de domicílio do representado.

QUESTÃO 28

Os contratos de representação são regidos pela Lei n° 4.886/65 que estabelece condições gerais mínimas para nortear representante e representado, sendo que esta lei dispõe sobre práticas impróprias à relação profissional que podem ensejar na extinção do contrato.

Sob esta ótica, no que diz respeito aos motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial, pelo representado, constituem justa causa:

- (A) A desídia do representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato; a prática de atos que importem em descrédito comercial do representado; a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial; sentença penal transitada em julgado por crime infamante.
- (B) A embriaguez habitual do representante ainda que não esteja no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato; a inserção do nome do representante, enquanto pessoa física ou jurídica em cadastro de proteção ao crédito; a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial; a condenação definitiva por crime inafiançável e força maior.
- (C) A desídia do representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato; a embriaguez habitual do representante ainda que não esteja no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato; a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial; a condenação definitiva por crime considerado infamante e força maior.
- (D) A desídia do representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato; a prática de atos que importem em descrédito comercial do representado; a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial; a condenação definitiva por crimes contra a ordem econômica, ainda que não considerados infamantes.

QUESTÃO 29

A administração Pública, direta e indireta, é composta por pessoas jurídicas que agem por si mesma. A vontade do agente público no exercício regular de sua função é a vontade do Estado e ambas se confundem. Há quem diferencie Administração Pública (Estado) de "administração pública" com iniciais minúsculas. No sentido objetivo material ou orgânico, a administração pública é a atividade concreta e imediata do Estado. No sentido subjetivo, é possível afirmar: "Exerce a administração pública aquele quem a lei define".

Considerando o sentido material objetivo da administração pública, exerce função administrativa:

- (A) Prefeitos, governadores, presidente da república, vereadores, deputados e senadores.
- (B) União, Estados, municípios e Distrito Federal.
- (C) Entes federados e entes administrativos com personalidade jurídica.
- (D) Empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações.

QUESTÃO 30

Situação hipotética: Mathias Cláudio é um representante comercial inexperiente. Logo no primeiro contrato que pretende firmar com a empresa de calçados “PÉ PONTO COM”, observou que umas das cláusulas o torna responsável pela dívida contraída pelos seus clientes.

Após procurar o CORE de seu Estado em busca orientação, Mathias Cláudio foi orientado que estas cláusulas o tornam corresponsável pelas dívidas de seu cliente, e são chamadas “*del credere*”. Sobre estas cláusulas, é **correto** afirmar:

- (A) As cláusulas *del credere* possuem previsão legal na Lei nº 4.886/65 que autoriza sua livre estipulação em contrato de representação comercial.
- (B) As cláusulas *del credere* possuem previsão legal na Lei nº 4.886/65 que autoriza sua livre estipulação em contrato de representação comercial quando houver cláusula de exclusividade.
- (C) As cláusulas *del credere* possuem previsão na Lei nº 4.886/65, porém são vedadas nos contratos de representação comercial.
- (D) Possuem previsão legal no Código Civil, art. 896, especificamente, e é perfeitamente aplicável nos contratos de representação comercial.

QUESTÃO 31

A Lei nº 8.666/93, conhecida como Lei de Licitações, foi elaborada para regularizar as aquisições e alienações pela Administração Pública com o objetivo de promover o gasto consciente do orçamento disponível para manutenção de bens e serviços. Entretanto, nem sempre a Administração Pública está obrigada a licitar. Os artigos nº 24 e 25 da referida lei dispõe sobre as modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação. Sobre estas modalidades, pode-se afirmar:

- (A) É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 20% (vinte por cento) de cento e cinquenta mil reais, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- (B) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo ou que possua credibilidade no mercado pela sua marca.
- (C) Na hipótese de inexigibilidade ou dispensa de licitação, se comprovado superfaturamento, responde pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e, subsidiariamente, o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- (D) Dispensa-se a licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

QUESTÃO 32

“Tradicionalmente, a ética é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica (...). A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento.”

Fonte: VALLS, 1994. O que é ética? (Adaptado)

Sobre a atuação do representante comercial, constituem deveres éticos deste profissional:

- (A) No âmbito de suas obrigações profissionais, na realização dos interesses que lhe forem confiados, deve agir com a mesma diligência que qualquer comerciante ativo e probro costuma empregar na direção de seus próprios negócios.
- (B) O representante possui liberdade para aceitar a representação comercial de quem não haja cumprido, notoriamente, seus deveres para com qualquer colega que anteriormente o tenha representado.
- (C) Manter sob sigilo informações quanto aos riscos do negócio que lhe foi confiado, para que o representado não desista do contrato.
- (D) Firmar contratos com o representado, quer seja de forma expressa ou tácita.

QUESTÃO 33

Situação hipotética: Oswaldo Osmar, após trabalhar durante oito anos como representante comercial, teve contrato rescindido no final do ano de 2017, em razão da crise que assolava o país e da queda de suas vendas. Oswaldo Osmar sempre trabalhou com zelo e eficiência, por esta razão, a rescisão do contrato de representação comercial foi imotivada, portanto, Oswaldo Osmar faz jus ao pagamento da seguinte indenização:

- (A) Pagamento da indenização de 1/12 avos de todas as comissões auferidas durante o último ano do contrato de trabalho.
- (B) Pagamento da indenização de 1/12 avos de todas as comissões auferidas durante o último ano do contrato de trabalho, em caso de contrato com cláusula de exclusividade.
- (C) Pagamento da indenização de 1/12 avos de todas as comissões auferidas durante o todo período contratual em contratos com cláusula de exclusividade.
- (D) Pagamento da indenização de 1/12 avos de todas as comissões auferidas durante todo período do contrato, independente de cláusula de exclusividade.

QUESTÃO 34

Os atos de improbidade contra a Administração Pública são atos que resultam em enriquecimento ilícito, obtenção de vantagem indevida em razão do cargo, mandato, função ou emprego, lesão ao erário ou qualquer ato que viole o dever de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, dentre outros pormenorizados na Lei nº 8.429/92. Sobre as penas aplicáveis aos atos de improbidade, é **correto** afirmar:

- (A) Somente os atos que causem enriquecimento ilícitos são punidos com a perda da função pública e suspensão de direitos políticos.
- (B) Somente os atos que causem danos ao erário são punidos com perda da função pública e suspensão de direitos políticos.
- (C) Todos os atos de improbidade são punidos com perda de função pública e suspensão de direitos políticos.
- (D) Os atos que violem o dever de honestidade, legalidade e moralidade com as instituições são punidos com multa de até cem salários mínimos nacionais vigentes.

QUESTÃO 35

Sobre a atuação do representante comercial frente ao representado, pode-se afirmar:

- (A) O representante comercial não é obrigado a fornecer relatórios sobre os negócios ao seu cargo, uma vez que não há subordinação ou vínculo empregatício entre o representante comercial e a empresa a qual representa.
- (B) Havendo previsão contratual de representação com exclusividade de zona ou zonas, ou quando este for omissivo, o representante comercial não fará jus às comissões quando os negócios aí realizados forem feitos diretamente pelo seu representado ou por intermédio de terceiros.
- (C) A exclusividade do representante comercial será presumida quando atuar comprovadamente por mais de dois anos na mesma localidade para os mesmos representados.
- (D) Salvo autorização expressa, não poderá o representante conceder abatimentos, descontos ou dilações, nem agir em desacordo com as instruções do representado.

QUESTÃO 36

Segundo o art. 57 do Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, nos processos disciplinares, após o cumprimento da sanção administrativa, o interessado poderá voltar a ter a sua reabilitação profissional desde que apresente documentos indispensáveis, tais quais:

- (A) Folha corrida de antecedentes criminais e certidões negativas que comprovem que o reabilitado não está condenado em processo por crime de estelionato ou fraude.
- (B) Folha corrida de antecedentes criminais e certidões negativas que comprovem que o reabilitado não está condenado em processo criminal ou falimentar.
- (C) Comprovante de identidade, comprovante de residência e quitação com imposto sindical.
- (D) Declaração de responsabilidade sobre novos contratos.

QUESTÃO 37

O ato administrativo é uma ação que gera efeitos jurídicos. Muitos doutrinadores o conceituam como a manifestação unilateral da Administração Pública, é praticado pelos representantes do Estado no exercício regular de suas funções. Para um ato administrativo ser válido, precisa observar os critérios de competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Sobre esta assertiva, pode-se afirmar:

- (A) A competência do agente administrativo, uma vez definida por lei, pode ser alterada mediante decreto do Poder Executivo.
- (B) A finalidade é a situação de fato que precede o motivo, pois o motivo é o objetivo a ser alcançado pelo ato.
- (C) Os atos da Administração Pública devem ser escritos e motivados, podendo a forma que inobserva a exigência legal ser convalidada.
- (D) O objeto é o efeito jurídico imediato do ato, sendo possível afirmar que é o resultado prático que a Administração Pública se dispõe a atingir através de sua função.

QUESTÃO 38

A Administração indireta é composta por pessoas jurídicas com a atribuição de exercer função administrativa; a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são exemplos clássicos de empresa pública e sociedade de economia mista, respectivamente. Sobre estes entes, pode-se afirmar:

- (A) A empresa pública é criada para serviços públicos, enquanto a sociedade de economia mista é criada para atividades econômicas.
- (B) O capital da empresa pública é totalmente do Estado, enquanto que o capital da sociedade de economia mista é composto pelo capital do Estado e da iniciativa privada.
- (C) As empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado.
- (D) A criação da empresa pública é criada por lei, enquanto que a sociedade de economia mista tem sua criação autorizada por lei.

QUESTÃO 39

A tutela administrativa é a relação estabelecida entre os agentes da administração direta face aos entes da administração indireta. Sob esse aspecto, é **correto** afirmar:

- (A) A relação entre os entes da administração direta e indireta pressupõe uma relação de hierarquia, pela qual os entes da administração indireta ficam subordinados aos entes da administração direta.
- (B) Entre os entes da administração direta e indireta há uma relação de autotutela, em que os entes da administração direta podem revogar ou anular os atos praticados pelos entes da administração indireta.
- (C) Os entes da administração direta mantêm o poder de controle finalístico dos atos praticados pelos entes da administração indireta, cabendo à administração direta revisá-los, aprová-los e homologá-los.
- (D) A relação estabelecida entre os entes da administração direta e indireta é uma relação de vinculação, que não pressupõe hierarquia, mas sim um controle finalístico.

QUESTÃO 40

“Milhares de atos secretos continuam ocultos nas catacumbas do Senado. São 663 os atos secretos capturados em flagrante pela comissão de sindicância. O total é muito maior, revelou à coluna um funcionário graduado do Senado (aprovado por concurso, faz questão de ressaltar). São 663 os que deixaram rastros facilmente visíveis. O acervo de delinquências tem pegadas nítidas, segundo o funcionário, é muito mais vasto, abrangente e assustador”

Fonte: Antônio Nunes, Colunista da revista Veja. Trecho publicado em 23 julho 2009. Adaptado.

Com base nas informações do texto, de acordo com os princípios constitucionais aplicados à Administração Pública, pode-se afirmar:

- (A) O texto acima refere-se ao escândalo dos atos secretos do Senado que foram realizados para nomear parentes, amigos, criar cargos e aumentar salários. Trata-se de fatos que ofendem frontalmente o princípio da legalidade, que rege a Administração Pública, haja vista que os atos secretos do Senado ainda não foram regulados por lei.
- (B) O texto acima refere-se ao escândalo dos atos secretos do Senado que foram realizados para nomear parentes, amigos, criar cargos e aumentar salários, afrontando o princípio da publicidade que rege a Administração Pública, haja vista que é por força deste princípio que o povo fica ciente das ações de seus representantes no Senado.
- (C) O texto acima refere-se ao escândalo dos atos secretos do Senado que foram realizados para nomear parentes, amigos, criar cargos e aumentar salários, afrontando o princípio da eficiência que rege a Administração Pública, em razão do diário oficial do Senado não ser eficiente para dar publicidade aos atos secretos.
- (D) O texto acima refere-se ao escândalo dos atos secretos do Senado, foram usados para nomear parentes, amigos, criar cargos e aumentar salários, afrontando o princípio do devido processo legal que rege a Administração Pública, uma vez que, para que houvesse a divulgação desses atos, deveria haver a instauração de um processo judicial em face do Presidente do Senado que possui a prerrogativa de instituir atos secretos.